

O ténue equilíbrio no movimento: a vicinalidade na migração transnacional

Simone Frangella

Universidade de Lisboa

RESUMO: Este artigo trata das implicações que a mobilidade transnacional tem para as formas de habitar o mundo. A partir da análise das experiências migrantes de goianos que se deslocam para Portugal, exploro como as relações de vicinalidade e de coabitação constroem-se em função da dimensão temporal e espacial deste trânsito. A vicinalidade, entendida como agrupamentos de entreajuda que envolvem distintas relações sociais e formas de solidariedade e conflito, promove uma reelaboração das relações de mutualidade dos migrantes em circulação. Através dela que se garante o sucesso ou o fracasso deste deslocamento, na chegada e na adaptação no local destinado, e na manutenção dos laços que deixaram. As tramas da vicinalidade estão sujeitas a imprecisões, turbulências emocionais, falhas práticas, negociações, reconfigurando tanto as interações familiares e de amizade quando a própria noção de coabitar. Desta perspectiva, explorar o conceito de vicinalidade parece ser bastante produtivo para pensar esta mobilidade migratória.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, vicinalidade, redes sociais, mobilidade transnacional.

Introdução

Dentre as teias sociais que constituem os trânsitos migratórios, as práticas de entreatajuda e as formas de coabitação revelam-se fundamentais para a sua criação e manutenção. Tanto no plano da migração nacional, interna, quanto no plano do deslocamento internacional, sobrepondo-se às, ou estando em paralelo com, formas de agenciamento do Estado ou mesmo com as redes ilegais que emergem neste universo, estas relações de suporte são um eixo vital da circulação que compõe a dinâmica da migração, enquanto fato coletivo e itinerário individual (Menezes e Godoi, 2011; Martes, 1999). Seja na busca por novas formas de reprodução econômica familiar, ou por “sair pelo mundo” procurando vivências sociais de ordens diversas, os migrantes criam trajetórias condicionadas por trocas, favores e interações entre parentes, amigos do local de origem e novos conhecidos ao longo do percurso. Tal processo envolve uma intensa movimentação de pessoas, bens e informação. E redefine e cria constantemente as relações sociais e os sentidos de lugar que caracterizam suas experiências cotidianas destes sujeitos (Olwig, 2007).

No debate sobre mobilidade migratória transnacional, essa se traduz na movimentação de atores não institucionais que atravessam uma ou mais fronteiras nacionais, geográficas, culturais e políticas (Schiller et al., 1995; Portes, 2006), e criam experiências pessoais e coletivas heterogêneas frente às assimetrias políticas e econômicas criadas por estas fronteiras, em trânsitos complexos e não lineares (Lee, 2008; Sheringham, 2010). Nesta escala espacial alargada, cuja circulação é acelerada pelo desenvolvimento de tecnologias de transporte e de comunicação, molda-se uma engrenagem processual de relações interpessoais, articulando espaço, tempo, precariedade ou clandestinidade, delineando e diversificando as redes sociais em termos de dimensão, localização e forma social (Hannerz, 1996; Harney e Baldassar, 2007). Atravessando

a distância transatlântica e das fronteiras nacionais, as redes aqui implicadas envolvem, no curso entre o local de origem e os vários destinos, uma negociação cotidiana de interações sociais e translocais em termos de obrigações, oportunidades e constrangimentos (Olwig, 2007: 9). É neste amplo quadro de movimentações, interesses e práticas entre ponto de origem, trajeto e local de destino que os migrantes constroem lugares e sentimentos de pertença.

No que diz respeito à emigração goiana – e à brasileira em geral – com a ausência de iniciativas governamentais para este deslocamento e a existência significativa de entraves para a entrada nos países de destino¹, as relações de reciprocidade entre parentes e amigos ou conhecidos na cidade de origem pautam inicialmente o trânsito transnacional. As práticas de mutualidade fomentam desde o fornecimento dos convites, das informações e das providências práticas para migrar, passando pelo suporte logístico e emocional na chegada e na adaptação ao local destinado, até a manutenção dos laços com o lugar de origem. As redes institucionais, como as agências turísticas e os contatos ilegais de recrutamento de migrantes indocumentados, ainda que tenham um papel significativo no estabelecimento de alguns destes fluxos (Pereira, 2011; Assis, 1999), não alcançam a intensa dinâmica das tramas de relações interpessoais.

O universo das práticas de entreajuda tem como composição substancial, ainda que não totalizante, as interações sociais que aludem ao sentido de familiaridade/semelhança. Isto é, as pessoas envolvidas nestas redes de apoio são, a princípio, parentes e amigos ou conhecidos que guardam de alguma forma uma proximidade com a família e com o lugar de origem. Com o tempo e a circulação, incluem-se pessoas relacionadas ao cotidiano migrante e que contribuem para a adição de outras significações de lugar. Assim, tanto a construção do percurso transnacional quanto a criação da casa podem ser perspectivadas a partir de uma configuração processual das relações de parentesco e de famí-

lia, das participações intersubjetivas que as formatam (Carsten, 2004; Sahlins, 2011) e dos lugares de referência identitária (Olwig, 2007). Se a noção de conectividade (*relatedness*) de Carsten, pela sua propriedade de recriação de experiências emocionais e vínculos sociais, serve para pensar as reordenações da casa nos contextos migratórios transnacionais (Machado, 2010), ela também é condição para a formação dos lugares de pertença nesta mobilidade (Olwig, 2007: 3).

A mobilidade transnacional move e é movida por estes eixos, fazendo da experiência migratória um pedaço da história pessoal e coletiva, e criando uma nova forma de estar no mundo. Porém, essa esfera pautada pela conectividade, exatamente pela sua natureza processual e negociada, repousa em um fino equilíbrio de interações, sujeito aos imponderáveis políticos, sociais, econômicos e pessoais deste deslocamento. É preciso compreender as rugosidades que envolvem o percurso vivenciado, e a dimensão espacial e temporal que os direcionam, procurando as formas de intersubjetividade, a frágil relação entre tempo, redes de trabalho e a expectativa de investimento que pautam essa conectividade. Para tanto, optei por enquadrar as mesmas sob o conceito de vicinalidade. Traduzida nas práticas de entreaajuda e nas formas de coabitação entre migrantes transnacionais, a vicinalidade é entendida aqui como uma dinâmica territorial e de circulação de pessoas, criando tramas de proximidade, formadas inicialmente por familiares, mas incluindo a seguir ou simultaneamente afins e amigos.

Proveniente dos estudos africanistas, o conceito se encontra na descrição de Webster sobre a sociedade chope (Webster, 2010). Aciono-o também a partir da leitura das famílias burguesas do Porto descritas por Pina-Cabral (1991). No estudo de Webster, vicinalidades são agrupamentos de vizinhança, incluindo parentes (que vêm em geral em primeiro lugar), afins e não parentes, recrutados para fins concretos de entreaajuda, com parâmetros de relações intergrupais e definições espaciais não

rígidas. No caso dos Chope, embora a formação desta vicinalidade se inicie a partir da junção de parentes, há uma comum e necessária inclusão de pessoas com laços mais tênues. Movimento similar acontece com as famílias do Porto, onde a coabitação e as relações de vizinhança se estendem para além da unidade social primária. Em ambos os contextos, a condição de pertença ao agrupamento é dada por uma reciprocidade esperada, pela manutenção de lealdades, negociadas e transformadas com o tempo (Webster, 2010: 90).

Para pensar a migração dos goianos para Portugal interessam particularmente dois aspetos deste conceito. O primeiro diz respeito ao modo como experiências de vizinhança se flexibilizam espacialmente, resultando muitas vezes no estabelecimento de práticas de entreatajuda com pessoas que não necessariamente o vizinho próximo. Embora haja uma certa coerência espacial, a pertença ao grupo não é definida em função da proximidade das casas, mas sim da força dos laços que se mantém (Webster, 2009). Assim, as relações de mutualidade condicionam, na maior parte das vezes, a lógica da própria vicinalidade e da mobilidade que lhe é inerente. Pina-Cabral endereça esta condição de forma interessante: a vicinalidade não é uma área espacialmente determinada, mas antes uma relação espacial. A proximidade residencial se faz em torno dos laços que se estruturam, e estes se modificam ou modificam a própria espacialidade das relações consoante às distâncias geográficas ou sociais que ali se dinamizam (Pina-Cabral, 1991: 186). Tal característica confere uma dinâmica de alargamento relativo em termos espaciais, assim como de redes de relação que compõem a vicinalidade; um potencial de ampliação e inclusão, ainda que se mantenha uma certa coerência espacial e genealógica.

Proponho pensar este potencial de ampliação e inclusão no caso dos trânsitos migratórios transnacionais. Isto permitiria, por um lado, perceber como as relações de mutualidade se ampliam e se modificam, seja nas

idades de onde saíram ou para onde foram os migrantes, seja na concretização do próprio percurso migratório. Até que ponto as práticas de entreajuda se mantêm nesta distância transnacional? Quais os elementos que a fazem funcionar e os que as limitam? Como as pessoas reiteram ou refazem seus laços de solidariedade com parentes e amigos? Como criam novas relações no lugar de destino? Através da descrição da construção do percurso destes migrantes, desejo mostrar que a vicinalidade é uma forma de organização na qual as relações de mutualidade têm um papel dinâmico central, não fixo ou pré-determinado e, como descreve Webster, plástico. Arrisco dizer que é esta plasticidade que condiciona a construção da mobilidade migratória.

O segundo aspecto diz respeito à tenacidade deste conjunto de trocas e os sentimentos envolvidos nele. Tenta-se, na leitura de Webster, equilibrar duas dimensões. Por um lado, sentimentos como solidariedade, compadrio, hospitalidade, “amizade”, afinidade, dão base à constituição dos agrupamentos e do conjunto de ações de parentes e não parentes. Na mesma inspiração, Pina-Cabral, ainda a partir das famílias do Porto, sugere a comensalidade como “a forma mais importante de representar a familiaridade e, conseqüentemente, é um dos principais suportes da linguagem da emoção” (1991: 200). Por outro lado, e particularmente no caso dos Chope, competitividades internas e quebra nas expectativas de entreajuda podem levar à ruptura destas conexões (Webster, 2010: 131). A vicinalidade é, portanto, definida a partir de um caráter negociado; a estreita relação entre a linguagem das emoções e as ações pragmáticas que envolvem o agrupamento. A manutenção destes conjuntos requer uma constante negociação e cuidado, e os componentes emocionais são razões para mudar de vicinalidade.

Nas trajetórias das pessoas que acompanhei, aquilo que me chamou a atenção não remete tanto à formação das tramas, mas aos parâmetros aparentemente voláteis nos quais se sustentavam. Nestas relações essen-

ciais de entreatajuda que perfazem o coabitar, há uma série de imprecisões, turbulências emocionais, falhas práticas, negociações que, em geral, aparecem menos nas análises sobre migração que a coesão de tais tramas (Martes, 1999). Há um frágil equilíbrio destas interações, mantidas com base em frouxas relações de confiança que, no entanto, alimentam a circularidade que move estes percursos. Sentimentos fundamentais na sustentação destas teias de solidariedade, comensalidade e entreatajuda, tais como confiança e consideração, são constantemente desafiados pelas dificuldades características da circulação migratória. A vicinalidade, neste caso, tem como consequência inicial a busca por reproduzir o sistema de interações entre os parentes que foram e os que ficaram, os amigos da terra de origem e os amigos por afinidade. Os migrantes se mudam para lugares dos quais têm referência via seus contatos no local de origem, assim como habitam nas mesmas casas ou casas próximas de goianos na sociedade de destino. Porém, enquanto, de início, a rede serve para fortalecer a reprodução dessas relações, ao longo do tempo e das mudanças da dinâmica migratória ela passa a se abrir para outras interações sociais.

Através das experiências de goianos que se deslocam para Portugal, proponho neste artigo analisar como as pessoas constroem o espaço da mutualidade na mobilidade transnacional². Para compreender melhor os percalços sociais e individuais dos migrantes neste contexto abrangente – numa dinâmica espacial mais estendida e de temporalidade desafiadora – pretendo enunciar a seguir, através de algumas trajetórias, as práticas da vicinalidade que envolvem a construção do percurso desta mobilidade e, em seguida, como ela se revela nas experiências de coabitação. Na construção deste percurso, a vicinalidade perpassa temporalidades e obstáculos diversos, reposicionando constantemente as relações geracionais, afetivas e laborais, as expectativas de mundo e a noção de pertença. A fragilidade emergente desta dinâmica convive paradoxalmente com a tenacidade das tramas que sustentam o circuito migratório.

A vicinalidade no percurso

Goiânia e seu entorno podem ser definidos como um dos grandes polos de emigração brasileira mais visível, junto com a região de Governador Valadares – um polo já bem sedimentado neste processo transnacional – (Assis, 1999; Machado, 2010) e norte do Paraná. Não é uma constatação estatística exata, pois, apesar de haver números sobre imigrantes brasileiros no exterior, não há informações exatas sobre a quantidade de pessoas e a proporção por região nestes fluxos. No entanto, é uma observação muito comum a presença maciça de migrantes dessas três regiões atualmente em vários países da Europa, notadamente Portugal, Reino Unido, Irlanda, Bélgica e Espanha. Goiás é uma região cuja migração cresceu exponencialmente na primeira década dos anos 2000³, tornando-se proporcionalmente, segundo o IBGE, o estado com o maior número de emigrantes internacionais⁴, embora os efeitos da migração internacional se façam ver de forma ainda diluída nas cidades goianas.

No caso de Goiânia, a capital do estado, a diluição também se justifica por ser uma cidade de grandes proporções, englobando outras movimentações econômicas e, portanto, os resultados advindos das remessas e dos deslocamentos internacionais têm provavelmente menos visibilidade. Moradores urbanos das cidades goianas, incluindo a capital, de certa forma já incluídos em circuitos de mobilidade da região, seja pela migração interna, seja pela mobilidade laboral. Os emigrantes goianos constituem uma rede densa, motivada pela oportunidade de entrada em um circuito de consumo em um tempo mais abreviado, pelo desejo de aventurar-se em universo já enunciado pelos seus conterrâneos e pela aposta nos investimentos para criar seu lugar (que, na maioria dos casos, é de volta à terra de onde saíram, embora haja muitas exceções). A maior parte das pessoas se encaixa no perfil do migrante trabalhador e, ao menos de início, movimenta-se ilegalmente.

Como parece recorrente nos contextos em que a ilegalidade é a condição mais comum, as tramas sociais que constituem este movimento são responsáveis por ajudar o migrante nos passos iniciais, na adaptação ao lugar de destino, e na manutenção dos laços com Goiás. No percurso que envolve o deslocamento migratório, práticas de entreajuda se destacam em alguns momentos particulares: na obtenção de informação sobre a sociedade de destino e as formas de lá chegar; na obtenção do bilhete aéreo e outras providências para a viagem; na recepção na chegada; e nas indicações de trabalho e as contínuas viagens de retorno ou visita a Goiás. Embora outras redes sociais que emergem gradual e timidamente neste circuito estejam presentes – como as de interesse comercial (caso das agências de turismo), as de prostituição e as religiosas –, são as conexões com familiares e afins, amigos e conhecidos da cidade natal que possibilitam de fato a circulação de pessoas, informação e recursos. Estas ligações são informais e não necessariamente articuladas entre si.

Encontrei Arnaldo em Goiânia, recém-retornado de Portugal, onde tinha vivido por 11 anos. Arnaldo emigrou junto com o irmão, incentivado por uma reportagem na televisão sobre possibilidades de trabalho em Portugal. Após conversarem com amigos de uma cunhada que lá tinham morado e obterem informações mais detalhadas e não tão animadoras quanto as que a reportagem anunciava, repensaram suas perspectivas. Porém, ao encontrarem outro amigo que os estimulou a “arriscar, senão pode se arrepender depois”, decidiram ir. Através do contato com o marido de uma prima, que os recebeu nos primeiros dias, conseguiram tomar providências para sua instalação, assim como obtiveram a possibilidade do primeiro trabalho na construção civil. Esta narrativa de Arnaldo revela o quanto os parentes e os amigos conectados a eles ou do mesmo bairro são essenciais no estímulo ao impulso de migrar, mesmo que as informações não sejam necessariamente reais ou positivas.

As pessoas que contatei ou entrevistei partiram para Portugal em função do incentivo da mãe, da tia ou do tio, de filhos, de um primo, um irmão ou então de um amigo que já se encontrava em Portugal. Por “amigos” são geralmente indicados os amigos dos pais, vizinhos do bairro em Goiânia, amigos de primos. Este incentivo é feito por meio da internet (os migrantes usam muito redes sociais ou salas de *chat*, tais como Msn/Skype e Orkut/Facebook para se comunicarem) ou do telefone. Em algumas ocasiões, o estímulo é dado de forma menos intencional. A comunicação com o parente ou o amigo nutre o imaginário de quem fica a respeito do universo de possibilidades almejado, mesmo que muitas vezes sejam sublinhadas a dificuldade da situação do migrante, as desilusões com o trabalho e dificuldade do retorno. Em outros momentos, são os parentes ou amigos a instigar o movimento, e assegurar um bom início de experiência, como é o caso, por exemplo, de mães que incentivam as filhas a emigrar para ter bons estudos, ou esquecer uma “dor de amor”, ou mesmo para ficar junto delas.

Este é o caso de Soraia, que conheci e acompanhei em Lisboa. Hoje com 26 anos, mudou-se há sete anos para Portugal em função de uma desilusão amorosa, uma ruptura com o ex-marido. Sua mãe, que já estava em Lisboa, juntamente com a tia de Soraia, chamou-a para sair de Goiânia. Ambas, mãe e tia, haviam chegado por intermédio de um primo. Arranjou-lhe o bilhete de avião. Indagada porque resolveu fazer esta mudança, Soraia revela uma espécie de “deriva” em consequência de seu rompimento amoroso. Ela não sabia nada sobre Portugal e tampouco sobre as possibilidades de trabalho, que foram vagamente anunciadas pela mãe. Estas “derivas” parecem ser comuns na fala dos jovens migrantes em minha pesquisa. Mas não são necessariamente sentimentos de passividade ou indiferença; parecem sobretudo possíveis respostas às infelicidades pessoais, à necessidade de aventura, ou ao desejo de acessar bens de consumo rapidamente, uma das informações mais veiculadas neste trânsito migratório.

No entanto, os objetivos são um tanto obscuros, tanto quanto as informações são incertas⁵. A decisão de migrar é encorajada pelos que retornaram na condição de migrantes, ou por amigos que estão no estrangeiro, com os quais se comunicam pela internet. Ou seja, as ideias e referências que baseiam esta decisão e as estratégias que permitem o deslocamento são fomentadas a partir de diversos pontos (espaciais e temporais) do circuito migratório. Os que já foram ou estão em trânsito fornecem uma fonte constante de “esperanças de mudança”. O fato de que tais informações possam estar longe de serem confiáveis ou exatas, ou de que haja discursos de desencorajamento sobre a experiência migratória (expressando a dureza da “vida lá fora”, por exemplo) é pouco significativo em comparação com as ambições projetadas por imagens e bens que circulam na internet. A informação, nesta fase inicial e em momentos subsequentes destes trajetos, é o grande mobilizador das teias de entreajuda. Suas potenciais falhas podem originar fissuras nesta rede, sem, no entanto, comprometer a projeção das expectativas dos migrantes.

Uma vez manifesta a vontade de viajar, há de se tomar as providências para a viagem. Arnaldo pagou o bilhete de avião do próprio bolso, enquanto que Soraia o obteve através da mãe. Na maioria dos casos, a passagem aérea é financiada por parentes mais próximos, que podem estar ou na terra de origem ou já fora do país, e estabelece-se uma dívida a ser paga a prazos negociáveis, dependendo da relação de proximidade e afeto com o parente, ou de necessidade deste. Em algumas situações, a mãe paga a passagem e a irmã empresta o dinheiro para a entrada no país, por exemplo. Em outros, as dívidas estabelecidas com tios e com amigos têm um prazo mais curto. Em muitos destes casos, em função desta forma de endividamento, o projeto migratório passa a ser, inicialmente, um projeto familiar (Nogueira, 2011; Pereira, 2011; Assis e Sasaki, 2001). Porém, esta condição nem sempre se mantém. A dívida pode não ser paga, ou, uma vez paga, a pessoa que migrou passa

a estabelecer outros laços sociais e outras prioridades, enfraquecendo este lastro⁶.

Esta primeira troca material é um dos mais evidentes elementos de conexão entre o lugar de saída e de chegada. Outras importantes providências para a viagem, tal como a carta de recomendação emitida pela pessoa na sociedade de destino, são também parte desta estratégia. Junto com a carta, haverá um endereço que se torna referência de estadia para os agentes da imigração. Este endereço pode ou não corresponder ao real lugar onde a pessoa estará. Os passos de preparação para o deslocamento vão se modificando conforme o aumento gradual do fluxo de emigrantes brasileiros para Portugal e suas experiências de entrada no país. Há uma diferença entre o período em que Arnaldo viajara, e o momento de deslocamento de Soraia. A demanda por trabalhadores da construção civil no início de 2000 facilitava a entrada dos migrantes brasileiros, que compravam suas passagens e viajavam com vistos de turista. Muitos deles eram recebidos por possíveis patrões logo no aeroporto. Cinco anos depois, quando Soraia viajou, as dificuldades para a entrada eram bem maiores, sobretudo para as mulheres brasileiras, que estavam sob constante suspeita de pertença a esquemas de prostituição. As mudanças de estratégia são informadas, sobretudo, pelos amigos e familiares que estão fora, e constituem parte desta experiência empírica, e nem sempre muito clara, do “estar lá fora”.

Uma vez chegando a Portugal, e tendo conseguido passar de forma bem sucedida no serviço de imigração, entra-se na fase seguinte às estratégias de entrada. Arnaldo telefonou para o marido da prima, que indicou como chegar à casa com táxi. Soraia foi recebida pela mãe, como muitos migrantes que são recebidos no aeroporto por seus parentes ou amigos e seguem para suas casas, ou para quartos alugados na mesma casa. Mesmo os que não possuem um elo que os receba, têm, em geral, a indicação de uma pensão ou casa ligada ao seu local de origem. Arnaldo,

após os primeiros dias na casa da prima, já tendo contatado um empreiteiro de obras recomendado por um amigo em Goiânia, deslocou-se para uma casa que reúne pessoas de vários países para trabalhar na construção civil. Soraia, que segue para a casa da mãe, já na semana seguinte começa a trabalhar num restaurante.

A chegada a Portugal está, na maioria das vezes, delineada por este sistema de entreatajuda. Através da rede dos seus contatos então já mais alargada, conseguem um trabalho logo na primeira semana, já comprometendo-se a pagar o aluguel e demais contas. Pelo período inicial, até adaptarem-se ao novo lugar, os recém-chegados permanecem nestes esquemas residenciais, que podem se estender ou não, dependendo do equilíbrio entre a interação com os parentes e outras questões mais pragmáticas. Assim, trabalho, moradia e contatos iniciais passam fundamentalmente por estas relações. A gradual inserção em outras interações sociais e econômicas nos países de destino alarga paulatinamente sua malha de conexão social, abrangendo brasileiros de outras regiões, migrantes de outra nacionalidade, não migrantes, entidades religiosas ou políticas. Porém, as redes iniciais anteriores a este momento favorecem as percepções que tornam a proximidade com a família, a conexão com Goiânia e o cotidiano entre brasileiros, um referencial mais forte que as relações de alteridade vividas no novo contexto. Há, de início, uma sensação de continuidade territorial, que se marca sobretudo pela presença do conhecido, do parentesco próximo, ou de amigo próximo ao parente, através das redes de ajuda mútua e proteção. Isso minimiza a “saudade” da *homeland*, mas não impede, no entanto, que sentimentos de pertença se transformem.

O outro momento importante deste circuito é a manutenção dos laços com a terra natal, seja ele temporário ou permanente. A relação com o lugar de onde saíram é mantida constantemente, ou através das remessas de dinheiro, ou através do contato via internet, telefone ou

via cartas, como era feito uma década antes (Assis, 1999). Aqui, a informação é mais uma vez um elemento fundamental da manutenção das relações de mutualidade. Como no caso da migração de famílias camponesas descritas por Verena Nogueira, a troca de notícias entre os que saíram pelo mundo e os que ficaram é um termômetro essencial de continuidade ou ruptura de relações (Nogueira, 2011), a garantir tanto os esquemas socioeconômicos que estruturam estas interações, como também para manter as narrativas sobre a “experiência” atualizada, reforçando, assim, o incentivo à circulação dos parentes. As notícias sobre o sucesso de quem migrou decorrem de uma necessidade de afirmação de um projeto migratório bem sucedido, condição para legitimar perante a família, os vizinhos e os amigos, o risco da experiência. Como consequência, há um aspecto ficcional complexo nestas narrativas, o qual contribui intensamente para a manutenção concreta desta rede.

Por fim, o retorno temporário para passeio ou definitivo também passa por providências articuladas por familiares e extensões destes, como é o caso de Arnaldo e de seus irmãos, retornados recentemente a Goiânia. Foram recebidos no aeroporto com festa. Alguns dos irmãos, ainda sem casa, foram acolhidos nas casas de famílias e amigos como hóspedes ou novos moradores. Em alguns casos, dependendo do grau de sucesso ou fracasso da pessoa que retorna, empresta-se dinheiro também. Quando se trata de retorno temporário, os visitantes têm que responder a duas demandas. A primeira é visitar pessoas que faziam parte de seu cotidiano quando ali moravam, além de visitar outros parentes mais distantes, para contar notícias e compartilhar a experiência. A segunda relaciona-se com a ideia de dádiva (Nogueira, 2011). Para além da ajuda que migrantes continuam a garantir mesmo no momento do retorno temporário, há os bens e presentes a serem distribuídos. Embora esta troca não pareça ter um caráter tão sistemático quanto das famílias camponesas em sua migração interna, não trazer presentes pode ser entendido como “mes-

quinharia”, ou falta de consideração, relembrando assim as condições de reciprocidade estabelecidas implicitamente entre os migrantes e os que ficaram.

A incursão muito breve e sistemática neste percurso serve como um mapa analítico de relações muito dinâmicas que envolvem uma espacialidade redimensionada; as pessoas que vivenciam as práticas de mutualidade aqui referidas originam-se, a princípio, de uma agregação localizada no país de origem. Mas, à medida que se movem ao longo do trajeto migratório, procuram estender temporal e espacialmente estas relações. Caracteriza-se assim uma vicinalidade que ultrapassa o núcleo de parentesco e a proximidade geográfica espacial, criando uma espécie de *continuum* entre o lugar de partida, o de chegada e o próprio percurso. A dinâmica de informação é, em si, um campo empírico que condiciona e altera relações e sentimentos, constituindo outro lugar fundamental neste *continuum* (Oosterbaan, 2010). Nesse sentido, a ligação entre parentes, amigos, vizinhos, é plástica e inclusiva, sem necessariamente perder a referência ao núcleo inicial.

Todas estas práticas de entreajuda são marcadas por sentimentos. Apostam-se, em primeiro lugar, no sentimento de confiança. A confiança é o crédito que se dá às pessoas em relação a quem se cria consideração; ou seja, um investimento emotivo que atualiza as relações materiais e de partilha entre as pessoas (Pina-Cabral e Silva, 2013: 26)⁷. O afeto se conecta à confiança por ser “da família”, ou “amigo da família”, ou “meu amigo de lá de minha cidade”. Acompanhando esta classificação tem-se uma expectativa, em algumas ocasiões implícita, de que a consideração acione a engrenagem das práticas de entreajuda. Ela é a projeção afetiva que parte da esperança de assumir e tornar públicas as relações de mutualidade decorrentes da relação de confiança⁸ no meio que partilham. Embora não tenha sido parte sistemática das falas dos meus interlocutores, suas narrativas apontavam para a premência deste sentimento como

o motor que enlaçaria estas relações de reciprocidade. A consideração parece essencial para a construção desta vicinalidade.

O sentimento contraponto que atravessa estas relações, particularmente quando elas não dão certo, ou quando se vulnerabilizam, é o da inveja, da trapaça. Os nós frouxos desta circulação são justificados pelo sentimento de competição entre parentes, vizinhos, amigos. A competição vai além de ser um conflito banal entre conterrâneos brasileiros, parte das narrativas cotidianas dos imigrantes. Ela se torna mais grave quando essas relações de suporte, projetadas para ser o arrimo da trajetória, são quebradas. As redes familiares e de amigos que envolvem os migrantes goianos são marcadas por muitas fissuras e falhas, ou contratempos. Já de início as informações trocadas sobre leis, os lugares para ficar e as garantias de trabalho, que baseiam a decisão de migrar, são inexatas.

Da mesma forma, nem todas as providências práticas são sólidas. Cartas-convite mal feitas ou contendo informações que aumentam a suspeita do oficial da imigração fazem parte das narrativas de insucesso na entrada. Algumas vezes, os recém-chegados deparam-se com a ausência das pessoas que os deveriam esperar. Foram-me relatados casos de primos, ou amigos de tios que haviam prometido tudo, a casa e o trabalho, e não apareceram, deixando as pessoas em grandes dificuldades. Muitas vezes, as redes de trabalho não funcionam, forçando o recém-chegado a procurar outros recursos ou contatos. E, por fim, fofocas e acusações morais alimentam as redes via meios de comunicação, ou mesmo nas conversas pessoais, criando, como descreve Machado, ameaças aos vínculos até então estabelecidos, como nos casos conjugais (Machado, 2010). Todas estas questões levantam a atenção para a noção de risco e a fragilidade social do imigrante (Pereira, 2011), e criam uma constante tensão na administração destes vínculos de afeto e troca mútua, de práticas de sobrevivência.

O sentimento de cooperação parece ser a tônica que justifica os agrupamentos entre parentes e não parentes. No caso dos Chope, a natureza da relação entre o líder que forma a vicinalidade e o seguidor é transacional, baseada em uma reciprocidade que pode ser quebrada, e as probabilidades de fissão são significativas. Por um lado, sentimentos como solidariedade, compadrio, hospitalidade, “amizade”, afinidade, dão base à constituição dos agrupamentos e do conjunto de ações, dos parentes e não parentes. Por outro lado, competitividades internas e a quebra nas expectativas de entreajuda podem levar à ruptura destas conexões emocionais. Estes dois aspectos da vicinalidade delineiam o caráter negociado destas relações além da estreita relação entre a linguagem das emoções e as ações pragmáticas que envolvem o agrupamento. Uma relativa flexibilidade espacial na constituição da vizinhança (incluindo parentes e não parentes) reforça o percurso (tensão tempo e espaço nesta mobilidade) como, em si, uma produção de lugar.

A coabitação e as relações em equilíbrio

Na última parte deste artigo detenho-me nas experiências do “morar junto”, assim como nas relações emocionais e de troca que as envolvem. É nas formas de habitar – significando aqui apropriar-se de lugares, viver e conviver – que estas relações emergem de maneira muito evidente. Neste contexto, a moradia – enquanto espaço edificado e enquanto uma trama de relações de coabitação que permitem sua vivência – articula esta experiência da migração e os projetos nela envolvidos. Na migração transnacional, as investigações sobre vários casos contemporâneos revelam que as ideias sobre casa (no sentido de *home*) vão se transformando e se moldando a estes novos redimensionamentos das redes de parentesco, família e vizinhança (Al-Ali e Koser, 2002). A noção de *home*

constrói-se consoante às trajetórias diferenciadas e o tempo de estadia como migrante.

Por um lado, casa pode ser, para uns, aquela real ou projetada no país de origem e que instiga em geral, ao menos de início, o projeto migratório. Ela pode significar o lugar material e simbólico, constituído por familiares que ali foram deixados, e para o qual se deseja voltar. Pode ser, também, a concretização da busca da casa própria, obtida por meio das remessas recebidas com trabalho e que representa uma afirmação da mobilidade social ou da instituição de sua própria unidade familiar (Machado, 2010; Soares, 1999). No entanto, a casa tem sido também traduzida em uma reconstrução de lugar e localidade. A experiência de deslocamento inclui outros sentidos de pertença, como é o caso dos filhos da primeira geração migrante, que passam a ter certo distanciamento da *homeland* dos pais (Lee, 2008). O tempo de estada no circuito migratório também pode mudar as projeções em torno da casa para a sociedade de destino. Ou ainda, uma terceira possibilidade recorrente nas experiências recentes é a percepção de casas translocais ou plurilocais, ou da casa como um conceito móvel, isto é, construído na continuidade entre as pontas em torno do eixo onde se move (Al-Ali e Koser, 2002).

Em outras palavras, a casa, enquanto lar e referência de pertença aparece como uma construção dinâmica, que pode “envolve[r] o ato de imaginar, criar, desfazer, transformar, perder e deslocar casas (lares)” (Al-Ali e Koser, 2002: 10). Esta dinâmica pode gerar tensões constantes entre definições sobre os lugares físicos e aqueles referidos como espaços simbólicos. As tramas de relações sociais envolvem transações interpessoais assimétricas entre ambos países de origem e destino, criando casas com conectividades complexas (Olwig, 2007). A tensão é ela mesma constitutiva do tipo de mobilidade e fricção que ocorre na relação entre a constituição de lugares (e das relações que os compõem) e o fluxo temporal que move esta migração. As redes de entrelaçada implicadas na

coabitação formam parte ativa deste processo. É minha intenção explicitar aqui as relações que envolvem duas dimensões da coabitação durante a vivência como imigrante, o “morar junto” na sociedade de destino, e a manutenção das relações da casa no lugar de origem.

É quase um consenso em muitos contextos migratórios internacionais que migrantes recém-chegados partilham casas ou quartos. As formas de moradia variam de acordo com aquilo que se consegue neste período inicial, em geral com pessoas que compartilhem seus referenciais mais próximos (Dias, 2010; Assis, 1999). Seguindo o caso dos migrantes vindos de Goiânia em Portugal, as pessoas que vêm pro meio dos pais, tios, primos e ou os amigos da família tendem a se instalar na casa destes, sendo esta coletiva ou não. Ou seja, juntam-se a pessoas que moravam perto, ou junto em Goiânia, ou então com quem já mantinham relações de entreajuda. Quando este não é o caso, segue-se a referência dada pelas pessoas que auxiliaram nas providências iniciais: um quarto em uma casa coletiva, com outros migrantes. Muitas vezes, as casas são constituídas por pessoas da mesma cidade; quando não, os moradores são praticamente todos brasileiros. A casa aqui serve como um local de preservação de regras socioculturais “brasileiras” e da promoção de uma sociabilidade “nacional”, além de um local de transmissão de um capital cultural sobre a terra de destino (Dias, 2010).

Se a entrada no país para onde se deseja migrar já é difícil em função da situação em si de migrar, a moradia com estranhos a torna mais complicada. Arnaldo, quando se mudou para a casa oferecida pelos patrões, junto com seu irmão, passou por maus bocados, vivendo numa casa com outros estrangeiros, que alegadamente lhe roubaram. Casos como este são narrados regularmente e constituem a primeira reclamação por parte dos imigrantes recém-chegados. Após o término da obra em que trabalhavam e a mudança para outra cidade em Portugal, Arnaldo e seu irmão passaram a alugar um apartamento para morarem, sendo aos

poucos preenchido pelos demais irmãos, sobrinhos e agregados que se juntaram neste deslocamento. As relações de vizinhança, porém, extrapolavam o núcleo familiar; vários amigos de Goiás e novos amigos brasileiros e estrangeiros frequentavam a casa.

Esta primeira morada é uma experiência importante, pois marca o início da adaptação e também um teste de proximidade e confiança. Seguir as regras comuns, aprender a viver “amontoados” (como é o caso de casais com filhos que partilham um quarto), manter os pagamentos da casa, tudo isso quando ainda se está vivenciando o novo lugar, é narrado sempre como um enorme desafio. Aqui as interações sociais, as trocas de préstimos e as expectativas da mutualidade são exacerbadas. Misturam-se dinamicamente a confiança e a inveja. Dessa morada, muitas amizades e relações afetivas em torno do parentesco perdem vigor e se inicia a procura por novos espaços. Assim, a vicinalidade se torna uma congregação lenta desta rede que começa por parentes brasileiros e depois incorpora, de forma fragmentada, outros amigos, desde que se “abrasileirem”.

Neste contexto, entender a vicinalidade e sua permeabilidade é essencial para pensar uma lógica em que as relações de troca vão se ampliando para além daquilo que era a rede inicial (parentes, amigos ou conhecidos ligados de alguma forma na cidade de origem). Incluem-se paulatinamente outros brasileiros, alguns portugueses, alguns imigrantes de origem africana. Acima de tudo, forma-se uma rede de relações de entreatajuda e partilha ligadas ao mundo da casa e dispersa no espaço urbano que constitui o modo cotidiano de viver. As relações de coabitação, embora continuem pautadas em relações similares de entreatajuda, modificam-se de acordo com as possibilidades de seu cotidiano. Em Portugal, as casas se tornam uma extensão, não análoga, mas antes reconfigurada, “das casas” – ou configurações familiares – de origem, assim como se cria outro sentido de lugar.

Por um lado, a mobilidade transnacional testa as possibilidades de manutenção de laços familiares, seja através do efeito que um deslocamento

especial pode trazer (países cultural e socialmente diferentes, entraves de circulação), ou das dificuldades inerentes à experiência da migração laboral, tais como poucos recursos econômicos, moradias superlotadas, e quebra de confiança das redes. Isso pode acontecer já com os agrupamentos familiares iniciais. Otavio foi a Portugal com sua esposa, e acabou por morar com sua irmã e o cunhado. Otavio trabalhava muito, na coleta de lixo doméstico; o trabalho duro e as dificuldades pelas quais passou são retratados com amargura, que é reforçada pela desventura familiar. Ele alega que seu cunhado “envenenou” a cabeça de sua mulher. Como resultado, houve uma separação que provocou o retorno de Otavio a Goiânia, deixando a esposa e a filha, sem muitas possibilidades de acesso a estas. Casos como esse são muito comuns nos relatos destes imigrantes e envolvem primos, cunhados, irmãos, ou amigos de parentes.

Já casos como o de Soraia indicam como as identificações familiares vão se alterando conforme a entrada de novos atores sociais que vão se agregando à vicinalidade inicial. Ela trouxera, de uma viagem ao Brasil, a irmã mais nova, que estava passando por uma fase ruim. Quando conversamos da primeira vez, Soraia residia sozinha no apartamento onde tinha morado com a mãe e que esta continuava sustentando. A irmã mais nova vivia com ela, mas, após um ano em Lisboa, juntou-se a um namorado português em outro apartamento e teve uma filha. Soraia tinha ainda uma irmã em Anápolis, com quem mantinha estreita relação por meio da internet e por telefone, e um irmão que passava por problemas de saúde, o qual a mãe ajudava com remessas periódicas. Durante os dois anos em que a acompanhei, ela tinha deixado de ajudar o irmão para poder se sustentar sozinha no apartamento. Neste período, uma amiga de Goiânia foi morar com ela temporariamente. Tendo retornado a Goiânia em seguida, esta amiga, em todas as visitas a Lisboa, tem se hospedado na casa de Soraia e acompanhado os percalços de sua vida em Lisboa. Ela é o vínculo mais “móvel” desta última.

A presença da irmã e da mãe era fundamental para Soraia, apesar de não ser cotidiana. Estes vínculos familiares são muito fortes, assim como as relações estreitas que mantém com a irmã de Anápolis, e uma relação afetuosa com a tia que mora em Lisboa. Porém, a mãe começou a namorar um português, com quem se casou um ano depois, e esta nova relação conjugal trouxe inúmeros problemas para a relação da mãe com Soraia e a irmã. Segundo Soraia, este homem faz “terrorismo psicológico” e trava a interação entre filhas e mãe, a quem tem visto cada vez menos e com quem não tem praticamente conversado. Ainda que eu tenha testemunhado algumas ofertas de ajuda da mãe, o vínculo estreito entre elas se quebrou.

Em seguida, Soraia conheceu Eliseu, brasileiro, com quem namorou por um tempo. Logo engravidou e, depois de certos desencontros, ele se juntou a ela em seu apartamento alugado. Após o nascimento do filho, mudaram-se para uma casa próxima à irmã de Soraia e também próxima à casa da mãe de Eliseu. No entanto, brevemente depois Eliseu decidiu retornar ao Brasil. Sozinha com o filho, Soraia pensou em se acomodar na casa da tia, mas acabou por ficar com a “ex”-sogra enquanto tomava providências para se mudar para Anápolis, onde pretendia morar temporariamente com a irmã. Em outra reviravolta, retomou contato com o namorado e foi ao Brasil morar com ele. Um ano depois, retornaram à casa da sogra de Soraia. Atualmente, resolveram ter sua própria casa e vivem sozinhos com o filho, mas próximos da mãe de Eliseu e da irmã de Soraia. Com a própria mãe, Soraia continua a ter apenas relações esporádicas.

As experiências de Soraia são fortemente marcadas pelos seus vínculos familiares nucleares, tanto na sua ida a Portugal, quanto na manutenção dos laços em Goiânia. Porém, a relação com a mãe, seu maior suporte emocional e financeiro, foi quebrada em função de um elemento “estranho” (essa era a indicação de Soraia) que a afastou das relações de

referência, ao contrário do cunhado português, que se incorporou na família. As relações afetivas de Soraia estabelecem também outros nexos, tanto em Portugal como no Brasil. Estes nexos são sociais, religiosos e familiares (no sentido de ela criar agora sua própria família). Sua trajetória indica uma tensão, ou maleabilidade, nas negociações da rede de mutualidade, que surgem em meio à dinâmica deste trânsito transnacional.

No que diz respeito às relações de coabitação estendidas através do Atlântico, elas também se dinamizam. A mãe de Soraia, em função de seu casamento visto como hostil, tem dificuldades de manter uma boa relação com a filha que mora em Goiânia, apesar de continuar enviando a remessa para o cuidado do filho. Assim, a quebra de relações de consideração pode se estender de uma ponta a outra do circuito migratório. A coabitação implicada aqui envolve relações de cuidado, de investimento e obrigações econômicas e afetivas, demandando várias situações de entrelaçada com temporalidades diversas. Elas não ocorrem, no entanto, sem reclamações ou tensões, colocando constantemente em questão as expectativas de obrigação por parte destes coabitantes, apressando retornos ou promovendo o deslocamentos dos que estão sob cuidados, e uma espécie de quebra de aliança. Se, no caso, isso demora a acontecer entre parentes mais próximos – como pais, filhos e avós – rompe-se com mais facilidade com círculos de afins e parentes da família menos presentes, ou mesmo com amigos que fazem parte deste circuito.

Porém, as manutenções das relações de mutualidade variam, de acordo com os interesses e perspectivas que se mantém ou se alteram no projeto migratório (Machado, 2010). Famílias ou casais que têm como objetivo central a construção de sua casa no Brasil procuram manter lugares compartilhados, a fim de que se possa economizar dinheiro e enviar remessas, e redefinem uma relação cotidiana de cuidado e administração do lar de origem através, sobretudo, do telefone e da internet. Arnaldo, dos três irmãos retornados, era o único que possuía uma casa no Brasil,

construída aos poucos, durante os 11 anos em que viveu em Portugal. Enquanto sua esposa permaneceu no Brasil, ele enviava as remessas e ela, com alguma ajuda dos cunhados, acompanhou a construção da casa. Quando ela se juntou ao marido, cinco anos depois, a administração da casa ficou com os irmãos que ali estavam. Para além da construção da casa, Arnaldo ajudou a mulher, quando esta ainda estava no Brasil, no processo de educação dos filhos. Segundo ele, quando faziam algo errado, a esposa os colocava no telefone e, além da bronca, eram ordenados a ficar de castigo, e acabavam por obedecer. O exemplo de Arnaldo reforça o tipo de relação de cossustancialidade que Machado descreve para os migrantes de Governador Valadares. Nestes contextos, sangue, convivência e as remessas de dinheiro constituem o paradigma que formata a casa mantida neste espaço de relações geográfica e socialmente alargado, em uma forma processual, mesmo que isso signifique um risco para a manutenção destas relações (Machado, 2010).

Porém, enquanto Machado descreve este investimento como sendo sobretudo de casais na cidade mineira, ele também apareceu recorrentemente no caso das mulheres solteiras que deixam seus filhos com os pais e vêm fazer dinheiro em Portugal. Embora, nestes casos, a probabilidade de rupturas afetivas entre mães, filhas e avós seja bem menor, há sempre um esforço de negociação entre a mãe que está distante e a filha, e sua projeção de autoridade, assim como há ocasionais tensões em relação a mudanças no projeto migratório ou problemas com o envio das remessas. Assim, enquanto a avó substitui com sucesso o lugar social da mãe (Machado, 2010:15), há sempre uma demanda tensa que pauta a relação desta com sua mãe e com sua/seu filha/o. Para além disso, muitas vezes participam também desta administração à distância afins e amigos do lugar de origem que circulam neste trânsito transnacional.

Num percurso temporal, o equilíbrio destas relações depende especialmente do envio de material e dinheiro e da comunicação constante.

No caso de Dona Ivone, tia de Arnaldo, sua estadia de um ano na casa da filha em Portugal rendeu-lhe uma reforma da casa em Goiânia e adensou a teia de relações que já circulavam em sua casa. Com 69 anos, é aposentada como técnica de enfermagem, e possui uma casa em Goiânia, onde mora com o filho mais novo (de 42 anos) e outra filha numa extensão nos fundos da casa – o chamado barracão. Duas outras filhas moram na cidade e estão sempre em sua casa. Portugal surgiu como uma empreitada inicial dos filhos, os quais, por sua vez, deram incentivo a Arnaldo. Em 2008, Dona Ivone foi a Portugal com intenção inicial de visitar a filha por três meses, mas com o tempo decidiu ficar, e sua estadia durou um ano. Ganhar um dinheiro ali era uma demanda importante a ser considerada. Ela financiou parte da passagem e ficou com uma dívida na agência de viagens, pagando a prestações. Apesar da oferta da filha de sustentá-la, ela sabia que o orçamento da casa era apertado. Assim, levou algum dinheiro que tinha, enquanto a aposentadoria dela era deixada para as despesas das casas em Goiânia. Já instalada, logo conseguiu a possibilidade de trabalhar com uma senhora idosa, que precisava de companhia pela noite.

Dona Ivone ajudava com a despesa da casa da filha, fazia uma poupança e remetia dinheiro para o Brasil. Com estas remessas, a reforma da casa foi sendo supervisionada pela filha Suzete. O neto, que residia em Goiânia, ajudava no apoio financeiro da mão de obra. No retorno a Goiânia, ainda está recebendo o dinheiro de um consórcio. Enquanto estava fora, os moradores da casa se organizaram e passaram a fazer tarefas as quais antes lhe eram associadas. A casa de Dona Ivone teve a cozinha reformada e ampliada, as paredes pintadas, azulejos bem colocados, quartos com cores diferentes. Uma parte da casa encontrava-se ainda em fase de acabamento, com um certo ar temporário. Mesmo assim, Dona Ivone voltou porque sentiu que deveria retomar seu lugar. Segundo ela, a filha que mora no mesmo terreno, o filho, todos reclamavam o seu retorno.

As narrativas sobre quem vivia na casa e que relações tinham demonstram que relações de coabitação mudam conforme os movimentos e as aspirações ligados simultaneamente a mudanças de situação familiar locais e a deslocamentos a Portugal. Moravam na casa de Dona Ivone seu filho mais novo, sua irmã com a filha, e a pequena bisneta. No ano em que a filha de Portugal retornou, o barracão se tornou espaço do neto com sua namorada e sua filha, enquanto um outro neto foi partilhar um dos quartos restantes. O que indica que, apesar de se pressupor que um elemento do projeto migratório seja a construção de uma casa por unidade familiar, a diversidade destes trajetos acaba por criar uma circulação de parentes em uma casa, e também de amigos retornados do exterior, de forma provisória, mas recorrente. A coabitação implicada aqui envolve relações de cuidado, de investimento e obrigações econômicas e afetivas, envolvendo várias situações de entrelaçada com temporalidades diversas.

Notas finais

A experiência transnacional migratória, reconhece-se neste debate, é dotada de sentidos e formas diferenciados pautados por diferenças empíricas – motivação, classe, gênero, religião, formas de entrada, densidade das redes construídas, entre outras. É diverso também, nos contextos migratórios, o grau de ligação entre os países conectados, criando maior ou menor ligação com a terra natal (Lee, 2008). Neste sentido, a tenacidade dos vínculos transnacionais de um migrante emerge como uma questão relevante. A intensidade dos movimentos e as diversas possibilidades de se situar em localidades múltiplas, ou de assegurar os laços entre um local e outro se vinculam ao tempo das pessoas no circuito migratório, à gradual mudança de objetivos que a experiência cotidiana altera, e à sua própria constituição enquanto pessoa.

Neste artigo procurei compreender como o percurso migratório transnacional e as formas de coabitação, usualmente investigados enquanto duas instâncias diversas, são constituídos e significados a partir das relações de convivência, entreajuda e mobilidade que os relacionam. Para pensar além de uma visão multissituada, pretendi em minha investigação entender como o trajeto, seja de ida ou de volta, vai sendo tecido e, enquanto tal, produz relações de intersubjetividade e sentimentos de pertença complexos. Embora a discussão sobre o mundo transnacional afirme a relação dinâmica entre o lugar de saída e o de chegada, estes ainda são vistos como dicotômicos.

Perde-se de vista muitas vezes a perspectiva do real efeito do *fluxo temporal* que move esta migração. O tempo que constitui estes fluxos espaciais alargados deve ser entendido aqui em sua dimensão cronológica, mas também por meio dos entraves sociais e políticos que o atravessam, e das dinâmicas de continuidade das relações que envolvem a pessoa que migra. À medida que o tempo aumenta, pode conformar, por um lado, um adensamento das tramas sociais do circuito migratório e contribuir para que a ideia de projeto migratório seja um projeto de retorno. Mas, por outro lado, pode-se alterar completamente as formas de se posicionar e habitar o mundo. A vicinalidade constitui um dos principais arrimos sobre os quais se debruçar para se compreender o efeito dos trânsitos migratórios.

Em meio ao extenso debate sobre redes sociais migratórias, tende-se a compreender as redes interpessoais – relações que envolvem família e amigos – como fontes de trajetória pessoal que, enquanto tal, configurariam uma dentre outras redes que perfazem a experiência migratória. Muitos autores se esforçam em mostrar os laços pessoais como moventes deste trajeto (Boyd, 1989: 639; Martes, 1999) e afirmar que as próprias redes interpessoais proporcionam maior flexibilidade na circulação de informações sobre a disponibilidade de empregos e de maiores possibilidades de renovação social (Granovetter, 1973, *apud* Fazito, 2002). Ape-

sar disso, elas tendem a ser vistas em parte da literatura sociológica sobre migração como pouco explicativas em virtude do enfoque no indivíduo.

Ora, apesar da importância que a migração tem para a construção do itinerário individual destes migrantes, sua experiência interpessoal deve ser encarada a partir da relação de mutualidade que a constitui. Isto é, desde a decisão para migrar até a chegada e permanência no lugar de destino, todas estas escolhas são constituídas através de um sistema de relações que é acima de tudo coletivo, e que se articula continuamente com os constrangimentos e dinâmicas socioestruturais que condicionam a mobilidade migratória. Num ciclo migratório, as condições estruturais e o mundo dos sentimentos e trocas que envolve o migrante estão em contínua interlocução. Neste sentido, embora as redes interpessoais não sejam exaustivas como potencial explicativo, elas são o fio essencial que permite esta própria mobilidade.

A vicinalidade abre espaço para uma dinâmica mais abrangente de relações interpessoais no novo contexto de moradia, mas sem nunca se descolar da rede de referência inicial. Porém, apesar de um esforço para constituir um lugar que corresponda à sua forma de se situar no Brasil, as formas de socialidade passam a assimilar gradualmente outros modos de viver, que desafiam suas expectativas e maneiras de perceber o mundo. Portanto, engendram-se novas formas de habitar o mundo. Mas elas dificilmente se descolam das relações de mutualidade anteriormente constituídas. Compõe-se um mundo neste próprio percurso, que passa a ser o resultado material e simbólico da própria mobilidade, mantendo uma trama composta gradual e continuamente em busca de um lugar. A vicinalidade se faz no caminho, sempre negociado e continuamente calcado na atitude que paradoxalmente a fragiliza: a consideração.

Se pensarmos a vicinalidade como uma dinâmica que pressupõe a manutenção de uma malha de solidariedade e entreajuda, marcada por interações de parentes e não parentes recrutados para este fim (Webster,

2009), creio que podemos encontrar certas afinidades com o circuito migratório transnacional. A mobilidade para outro país e entre dois ou mais países, nesta dinâmica da migração laboral, depende fundamentalmente do estabelecimento de redes de informação, apoio, providências financeiras e logísticas e suporte emocional. Estas tramas são construídas sobretudo a partir de parentes, amigos de família, e, em menor escala, pessoas conhecidas da mesma cidade.

Elas mantêm o circuito funcionando, mas contam com uma organização muito frouxa, imprecisa, e com falhas. As relações de mutualidade implicadas nelas estão sujeitas a constantes quebras, e os sentimentos de confiança e inveja fazem parte das narrativas recorrentes vinculadas ao seu sucesso ou fracasso. As transformações destas relações afetam os modos de morar juntos, os planos do projeto migratório, as relações de aliança anteriormente estabelecidas. Fico a imaginar se poderíamos pensar em uma especificidade da vicinalidade neste contexto. Creio que o diferencial é que a relação espacial e temporal que molda estas relações parece ser de outra intensidade. A distância transnacional – que implica não apenas a distância física, mas as negociações sociais e políticas que condicionam este trajeto – e o tempo do projeto migratório podem atrasar ou alterar expectativas desse conjunto de mutualidades, mas, simultaneamente, criam espaço para a emergência de outras redes de reciprocidade que as impelem continuar a circular, manter o movimento transnacional e criar novas formas de estar no mundo.

Notas

- ¹ Até os anos setenta, o movimento migratório era esporádico. A emigração brasileira passou a ser mais sistemática a partir dos anos 80, uma significativa emigração de brasileiros para o estrangeiro particularmente para os Estados Unidos e Japão. A partir de meados desta década, o fluxo aumentou, assim como as notícias sobre brasileiros

- barrados no exterior. Grande parte desses migrantes eram ilegais, com exceção dos dekasseguis, que estariam legalizados. Nos anos noventa, os destinos da emigração brasileira diversificaram-se mais. Somando-se ao deslocamento para Estados Unidos e Japão, que já ganhavam densidade, Itália e Portugal passaram a ser outros destinos. (Assis e Sasaki, 2001). A partir de 2000, boa parte dos países da Europa Ocidental foram incluídos nesta rota, como Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Holanda, Espanha, França, entre outros. Na maioria dos fluxos, a condição destes emigrantes é de ilegalidade; há também um número significativo de pessoas com dupla cidadania.
- ² O estudo sobre o qual este artigo se baseia debruça-se sobre a dinâmica das redes migratórias entre Goiás e Portugal. Esta pesquisa foi iniciada em 2009, como parte de meu pós-doutoramento, e incluiu investigação de campo em Lisboa e em Goiânia e Anápolis.
 - ³ É necessário dizer que já havia um fluxo de goianos para os Estados Unidos na década de 1980 (Ribeiro, 1999).
 - ⁴ O censo demográfico de 2010 do IBGE aponta para o registro de 35.572 goianos morando no exterior. A região Centro-Oeste corresponde a 12% dos emigrantes, com destaque para Goiás, que conforma 7,2% deste contingente. Embora o fluxo maior seja o do Sudeste (49%), estas outras três regiões – Minas Gerais, Paraná e Goiás – parecem ganhar mais visibilidade. Isto se deve ao fato de que são três fluxos bastante sistemáticos e que contém um perfil mais homogêneo do migrante laboral e indocumentado. Ver “Goianos lideram emigração”, *O Hoje*, quinta feira, 17 de novembro de 2011.
 - ⁵ Levados por parentes mais velhos ou por amigos, boa parte destes jovens (que constituem uma grande parte do perfil migratório) quer tentar o novo mundo mesmo que contando com uma perspectiva relativamente nublada. Outras questões marcadas por gênero, idade, geração criam expectativas e receios diferentes, mas estes também parecem baseados em informações incertas.
 - ⁶ Ainda há uma outra parte destes migrantes que necessita de um agenciador para financiar a viagem, o qual em geral exige uma penhora de bens que acaba por envolver a família de quem migrou, colocando seu patrimônio em risco (Pereira, 2011: 227). Embora estes casos não constituam a maioria, indicam a complexa relação entre outros elementos da rede migratória e as relações de entreajuda pessoais.
 - ⁷ Pina-Cabral e Vanda Silva exploraram, no seu estudo sobre o Baixo Sul da Bahia, a noção de consideração que se revelava nas falas de seus interlocutores. Esse conceito era o que dava significado à relação entre as pessoas, ainda que como uma atitude

vaga e largamente implícita (Pina-Cabral e Silva, 2013: 25). O estudo de Pina-Cabral e Silva traz este elemento significativo que creio poder ser visto em outros contextos de relações de reciprocidade, como é o caso dos goianos em questão. Embora o mapeamento empírico da noção em seu estudo dirija-se sobretudo às relações de filiação e parentesco na Bahia, ela envolve as questões de vicinalidade presentes naquele contexto.

- ⁸ O tornar público significa, segundo Pina-Cabral e Silva que a consideração tem que ser manifesta e construída em uma ação conjunta entre os sujeitos que a atualizam (2013: 27). Para além disso, a consideração é sempre atualizada nas relações interpessoais.

Referências bibliográficas

- AL-ALI, Nafje & KOSER, Khalid
2002 “Transnacionalism, international migration and home”. In _____(orgs.). *New Approaches to Migration? Transnational Communities and the transformation of home*. London/New York, Routledge, pp. 1-14.
- ASSIS, Gláucia Oliveira
1999 “Estar aqui... Estar lá: uma cartografia da emigração valadarense para os Estados Unidos”. In REIS, R. R. & SALES, T. (orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo, pp. 125-166.
- ASSIS, Gláucia Oliveira & SASAKI, Elisa
2001 “Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica”. In *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, pp. 615-639.
- BOYD, Monica
1989 “Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas”. *International Migration Review*, 23(3): 638-670.
- CABRAL, João de Pina
1991 “A família burguesa do Porto: vicinalidades” In _____. *Os contextos da antropologia*. Lisboa, Difel, pp. 183-212.

- CABRAL, João de Pina & SILVA, Vanda Aparecida
2013 *Gente Livre – consideração e pessoas no baixo sul da Bahia*. São Paulo, Terceiro Nome.
- CARSTEN, Janet
2004 *After Kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DIAS, Gustavo
2010 “Casa e brasileiros em Londres: a importância da casa para os imigrantes brasileiros”. *Travessia – a revista do migrante*, São Paulo, ano XXIII, n. 66, janeiro-junho.
- FAZITO, Dimitri
2002 “A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade”. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto/MG, 4 a 8 de novembro de 2002.
- HANNERZ, Ulf
1996 *Transnational Connections – Culture, people, places*. London, Routledge.
- HARNEY, Nicholas & BALDASSAR, Lorena
2007 “Tracking Transnationalism: migrancy and its futures”. *Special Issue of Journal of Migration Studies*, 33, 2: 189-198.
- LEE, Helen
2008 “Second Generation Transnationalism” In _____. *Ties to the Homeland – Second Generation Transnationalism*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, pp. 1-33.
- MACHADO, Igor José Renó
2010 “Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil”. *Etnográfica*, Lisboa, vol. 14: 5-26.
- MARTES, Ana Cristina Braga
1999 *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra.
- MENEZES, Marilda Aparecida de & GODOI, Emilia Pietrafesa (orgs.)
2011 *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo, Annablume.

- NOGUEIRA, Verena Sevá
2011 “Dádivas e redes: o processo migratório em famílias camponesas”. In MENEZES, M. & GODOI, E. P. (orgs.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo, Annablume, pp. 185-204.
- OLWIG, Karen Fog
2007 *Caribbean Journeys – An Ethnography of Migration and Home in Three family networks*. Durham, Duke University Press.
- OOSTERBAAN, Martijn
2010 “Virtual Migration. Brazilian Diasporic Media and the Reconfigurations of Place and Space”. *Revue Européene des Migrations Internationales*, Poitiers, vol. 26, n. 1: 81-102.
- PEREIRA, José Carlos
2011 “A migração internacional de jovens rurais do Vale do Jequitinhonha e a (des) estruturação do seu lugar de origem”. In MENEZES, M. & GODOI, E. P. (orgs.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo, Annablume, pp. 225-244.
- PORTES, Alejandro
2006 *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, Empreendedorism e a Segunda Geração*. Lisboa, Fim-de-Século.
- RIBEIRO, Gustavo Lins
1999 “O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em São Francisco” In REIS, R. R. & SALES, T. (orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo, pp. 45-86.
- SAHLINS, Marshall
2011 “What kinship is”. *Journal of Royal Anthropological Institute*, 17: 2-19.
- SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda & BLANC, Cristina Szanton
1995 “From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration”. *Anthropological Quarterly*, v. 68, n.1: 48-63.
- SHERINGHAM, Olivia
2010 “A Transnational space?: Transnational practices, place-based identity and the making of ‘home’ among Brazilians in Gort, Ireland”. *Portuguese Studies*, vol. 26, 1: 60-78.

SOARES, Weber

1999 “Emigração e (i) mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação sociais no espaço urbano”. In REIS, R. R. & SALES, T. (orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo, pp. 167-192.

WEBSTER, David

2009 “A vicinalidade”. In _____. *A sociedade chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique, 1969-1976*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 109-136.

The thin balance of the movement: Vicinality in transnational migration

ABSTRACT: This article discusses the implications of transnational mobility to ways of inhabiting the world. From the analysis of the experience of migrants from Goiás to Portugal, we explore how relationships of vicinality and cohabitation are constructed according to their temporal and spatial dimensions. The vicinality, understood as self-help groups involving different social relations and forms of solidarity and conflict, promotes a reworking of the mutuality of relations of migrants in circulation. Through vicinality the success or failure of the migration is ensured: from the arrival and adaptation in the new place to the maintenance of ties left back home. The connections of vicinality are subject to uncertainties, emotional turmoil, practical flaws, negotiations, and they reconfigure family and friendship interactions, as well as the very notion of cohabitation. Exploring the concept of vicinality seems to be a very productive point of view to reflect on this migratory mobility.

KEYWORDS: Migration, vicinality, social networks, transnational mobility.

Recebido em janeiro de 2014. Aceito em outubro de 2014.